



A EXCLUSÃO NO CANADÁ : UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA MULTIDISCIPLINAR

Lionel-Henri Groulx ¹

Introdução

Este texto visa determinar os principais fatores geradores da exclusão social na literatura especializada recente do Canadá e examinar como estes fatores determinantes se manifestam na sociedade canadense atual.

Para alcançar este objetivo, utilizamos alguns dos principais bancos de dados bibliográficos para efetuar uma revisão narrativa da bibliografia publicada nos últimos dez anos no Canadá. Tendo em vista a grande diversidade das monografias e textos encontrados, decidimos limitar esse estudo ao exame de quatro modalidades de exclusão: a privação múltipla ou desvantagem social²; a estigmatização e a discriminação; a trajetória ou percurso de vida e a concentração espacial das desvantagens sociais.

A exclusão como privação múltipla ou desvantagem social

No Canadá, o conceito de privação múltipla, mais do que o de desfiliação, constitui um quadro analítico que permite compreender a multiplicidade de desvantagens, cuja acumulação pode levar a situações de vulnerabilidade ou de insegurança e pôr em perigo diversos aspectos da vida dos indivíduos, grupos ou comunidades. Nesta perspectiva, a exclusão é vista como consequência da privação múltipla, pois esta última implica uma restrição de oportunidades ou da participação à vida social. Além disso, o número de desvantagens acumuladas permite identificar o estágio em que se encontra um indivíduo ou grupo no processo de exclusão.

O acúmulo de desvantagens corresponde a um estado de privação múltipla duradouro em diversos aspectos da existência, tais como habitação, saúde, alimentação, recreação e participação social. O "risco estatístico" de privação ou de exclusão não é aleatório; ele varia de acordo com as características sócio-demográficas e com as situações pessoais, familiares e sociais de cada um. A exclusão nesse caso se relaciona à maior ou menor capacidade que tem o indivíduo de mobilizar um

¹ Professor, Universidade de Montreal. lionel.groulx@umontreal.ca

² O termo *défavorisation* será traduzido aqui por privação múltipla ou desvantagem social, segundo orientação do autor (N.T.).



conjunto de capitais que funcionem como uma barreira no caso de eventos ou situações difíceis ou desestabilizantes durante a trajetória de vida das pessoas.

Na verdade, são vários os fatores ou situações relacionados com a exclusão. Ao lado desses fatores ou situações, a fraqueza dos capitais que possui o indivíduo age como um mecanismo que faz com que uma situação de exclusão torne-se mais ou menos crônica. Tais capitais podem ser econômicos (baixa renda, pobreza durável), humanos (saúde frágil, idade avançada, baixa escolaridade, pouca experiência no mercado de trabalho), ou sociais (laços sociais pouco extensos e/ou frágeis). Os capitais sociais parecem constituir sólidos valores preditivos dos níveis relativos de exclusão social e econômica. Quanto mais um indivíduo é desprovido de uma dessas formas de capital – e isso se aplica ainda mais no caso de não possuir nenhum – mais ele acumula probabilidades de sofrer privações em diversos outros aspectos da existência, como saúde ou habitação, assim que de sua situação de pobreza persistir ao longo do tempo. A exclusão fica nesse caso vinculada a um menor acesso a várias formas de capital, as quais podem agir seja como recursos, seja como formas de poder.

Nessa análise da exclusão, que toma como ponto de partida o acúmulo de desvantagens e um estado permanente de privação múltipla, a exclusão também aparece como a conjunção de dois processos: o de uma precarização da posição do indivíduo no mercado de trabalho (baixa remuneração, trabalho a tempo parcial, **alternância** entre emprego e desemprego, desemprego frequente) e o de um enfraquecimento das relações sociais ou das redes de solidariedade (laços familiares e comunitários). Muitos autores situam a degradação das condições de vida e a erosão dos vínculos sociais no contexto da reestruturação da economia e do mercado de trabalho e das mudanças sociais que se fazem no sentido da individualização da vida social, uma vez que a flexibilização da economia leva a maior instabilidade e precariedade do emprego, e que a individualização da vida social reduz os antigos contextos de solidariedade social constituídos pela família estável e pela coesão comunitária.

Estigmatização, discriminação e exclusão

Além de se referir às formas materiais e sociais da privação múltipla – que correspondem à baixa renda, à baixa escolaridade ou ao fato da pessoa pertencer a uma categoria socioprofissional não qualificada – ou a situações de isolamento ou à fragilidade das redes sociais formadas pela família ou pela comunidade, a exclusão também repousa na ação daqueles que detêm o poder de excluir outros do acesso a certos recursos ou direitos. Nessa perspectiva, a exclusão é vista como



relação social de poder e a discriminação como um mecanismo ativo na produção da exclusão, de vez que quem não possui nenhum capital – seja ele escolar, econômico, humano ou social – encontra-se em risco de exclusão social. Essas restrições de chances se inscrevem portanto em um campo de relações sociais onde poucos controlam a distribuição dos recursos e/ou vantagens.

As várias populações que passam por uma ou outra forma de exclusão encontram-se em posições homólogas, uma vez que vivem relações desiguais de dominação, são objeto de estigmatização e são tratadas de forma discriminatória. A elas se impõem barreiras ao acesso em diversas áreas da vida social, tais como saúde, habitação, ou trabalho. As discriminações por elas sofridas constituem um déficit de cidadania, que equivale a um não reconhecimento ao mesmo tempo social e simbólico. Essas populações se encontram numa situação de direitos invertidos, uma vez que devem demonstrar que têm direito a um tratamento igual ao dos demais cidadãos.

Ao contrário da perspectiva do acúmulo de desvantagens, nesse caso a análise não se concentra nas lacunas ou déficits de recursos dos indivíduos; em vez disso, procura identificar tanto as relações sociais que constituem a raiz da exclusão quanto os mecanismos de dominação que agem no processo de exclusão. O termo de interseccionalidade é usado para indicar que a exclusão pode explicitar relações de poder e processos ideológicos e culturais pelos quais se constituem diferentes atributos sociais. Essas relações sociais de poder não são consideradas uma a uma; analisa-se sobretudo a forma como se articulam umas às outras, de vez que considera-se que os diferentes fatores mesclam-se e fusionam-se em um conjunto complexo de determinações. Nesta perspectiva, pretende-se compreender como as diversas formas de discriminação se interceptam, se sobrepõem, interagem e reforçam situações de desigualdade e de exclusão social (desigualdades sistêmicas), sendo que os mecanismos de exclusão remetem a múltiplas formas de dominação, tais como o sexismo, o racismo, o classismo, a ableísmo e a homofobia.

Parece existir certa circularidade entre a privação múltipla, os impactos da reação social estigmatizante (também chamada discriminação negativa) e a percepção individual e coletiva da incapacidade ou de um sentimento de não-controle sobre os acontecimentos. Nesta perspectiva, dá-se maior ênfase à percepção e à ação dos grupos em posição de poder e controle cujos atos podem impedir que as pessoas participem ou tenham acesso a certos recursos ou, por vezes, a bons salários.

A exclusão como trajetória ou percurso de vida



Os efeitos da estigmatização e da discriminação sobre a trajetória dos indivíduos traduzem-se muitas vezes – especialmente para aqueles cuja renda provém da assistência social – em dificuldades de inserção no mercado de trabalho, caracterizadas por uma sucessão de empregos precários, aos quais se associam baixas remunerações e condições de trabalho difíceis que se alternam a fases de desemprego e de dependência à assistência social. Como a renda desses indivíduos é insuficiente, eles serão confrontados a uma maior precariedade residencial e se verão forçados a ocupar habitações sem conforto, exíguas e, por vezes, lúgubres. Esta situação de empobrecimento, que afeta a saúde física e mental, pode ser usada, por sua vez, para justificar a estigmatização ou atitudes e práticas discriminatórias. Forma-se então um círculo vicioso da privação múltipla, um círculo de reprodução das desigualdades, que por sua vez afeta o sentimento de autoconfiança e de controle sobre a trajetória de vida desses indivíduos.

Entretanto, todas as trajetórias de exclusão não se reduzem à inevitabilidade de um círculo vicioso da privação múltipla. Assim, várias pesquisas detectam uma pluralidade de percursos de vida que podem levar à exclusão. Esta perspectiva, a dos percursos de vida, visa compreender a exclusão como processo e dar mais espaço ao ser social como ator no seu percurso de vida, sem perder de vista o contexto social que afeta o seu percurso.

O estudo qualitativo das trajetórias de exclusão revela a natureza proteiforme dos acontecimentos que acionam o processo de exclusão. Esses eventos são frequentemente amplificados por um contexto marcado pela pobreza, pela falta de uma rede de relações de apoio, pela dificuldade de acesso a empregos e por práticas discriminatórias. Os episódios ou eventos chave na evolução das trajetórias que levam à exclusão variam, dependendo dos grupos em questão e dos contextos de vida. Para alguns, trata-se de mudanças no que se refere à vida profissional, como a perda do emprego, a menor procura por suas qualificações, o desemprego prolongado, os baixos salários, a evolução ou mudanças na carreira. Para outros, o fato de tornar-se imigrante, a difícil instalação no novo país ou uma eventual doença, ou uma maior vulnerabilidade causada pelas novas condições de vida, por vezes marcadas pela pobreza devido à mudança de país. Para outros, finalmente, pode tratar-se de rupturas ou de uma reorganização na estrutura familiar ou de alterações no funcionamento da vida familiar ocasionadas pela separação, doença, nascimento de um filho, gravidez não planejada, situações que exigem uma reorientação dos projetos de vida, e que podem levar a uma maior precariedade econômica e social. Em todos esses casos, encontramos uma diminuição de escolhas de oportunidades e de possibilidades, o que pode vir a erodir os meios



de controle sobre as vidas dos indivíduos, assim como sua realização e reconhecimento como pessoa humana.

Certas pesquisas analisam as descontinuidades nos percursos de vida, as bifurcações nas trajetórias, as indeterminações em relação às transições ou acontecimentos do ciclo de vida. Como os contextos econômicos e sociais em que indivíduos se encontram mudam devido ao aprofundamento de diversas formas de instabilidade profissional e familiar, as trajetórias e percursos de vida tornam-se mais descontínuos e as transições no ciclo de vida tornam-se mais importantes e frequentes. Esta análise dá maior ênfase à capacidade e às estratégias dos indivíduos para definir seu percurso de vida. Os indivíduos são vistos como atores sociais que “constróem” seu percurso a partir das limitações e das oportunidades com que se deparam. Esta abordagem difere do estudo pelo acúmulo de desvantagens e daquele que trata da interseção de tipos de discriminação, de vez que ambos podem sugerir que os atores sociais são passivos em um ambiente social de risco.

Nesta perspectiva, enfatiza-se o aspecto da contingência no processo de exclusão, vai-se contra a ideia de determinantes que são inevitáveis e contra uma visão homogênea do mundo da exclusão, que se estruturaria por um acúmulo de desvantagens. Recusa-se um paradigma de explicação determinista que supõe que a presença de um fator irá produzir um dado efeito, segundo um determinado grau de probabilidade. As restrições impostas pelos diferentes fatores são consideradas como pouco determinantes. Ou seja, dá-se mais importância ao papel das pessoas como atores sociais que definem seus projetos de vida.

A concentração espacial das desvantagens ou a geografia da exclusão

O aumento simultâneo na pobreza e na imigração de minorias visíveis nas grandes cidades canadenses nas décadas de 1980 e 1990 levou muitos pesquisadores a se perguntar se enclaves residenciais estariam se formando nessas cidades, os quais poderiam se transformar em guetos urbanos, gerando exclusão e relegação sócio-espacial, tal como ocorre nos Estados Unidos. Entretanto, os resultados obtidos nessas pesquisas até o momento não são conclusivos.

A associação entre a baixa renda e elevada concentração espacial de minorias não pode ser generalizada, pois ela somente se aplica a alguns centros urbanos e a determinados grupos minoritários. A associação parece ser mais importante no caso dos ameríndios, dos negros e dos latino-americanos, mas esses grupos não são os mais segregados nem são os que mais se concentram nos bairros pobres. Parece que se afigurar um padrão que vai mais no sentido de uma maior desigualdade no interior de cada grupo minoritário, o que parece fazer com que os segmentos



mais pobres se encontrem concentrados nos bairros que oferecem maior estoque de residências a preços abordáveis. O problema parece ser não tanto uma guetização étnica, mas sim, ao mesmo tempo uma polarização de rendas e uma crise no mercado de locação de imóveis.

O estudo da espacialização da exclusão coloca a questão dos efeitos específicos da vizinhança no processo de exclusão. Busca-se entender se o fato de morar em uma localidade onde a pobreza se concentra – tendo em vista as características que são próprias a esse tipo de localidade – contribui ou provoca efeitos específicos para a vulnerabilidade social e econômica, o que implicaria que essa localização tornar-se-ia uma fonte de exclusão social para seus habitantes. Os defensores desse efeito de vizinhança identificam diversos mecanismos sociais que se colocariam em ação, como a influência do grupo de iguais, os efeitos da rede social e a importância dos recursos locais para o bem-estar dos residentes. A concentração espacial da pobreza alimentaria as dinâmicas próprias da privação múltipla e da exclusão. Tratar-se-ia de uma variação negativa perceptível nas oportunidades sociais devida ao fato de se residir em uma área com elevada concentração de pobreza.

Nas regiões suburbanas, a formação de uma concentração espacial da pobreza aumenta tanto o isolamento social desses bairros pobres quanto o risco de exclusão dos seus habitantes. Instala-se um processo de exclusão sócio-espacial, onde imigrantes recém-chegados, que na maioria das vezes pertencem a minorias visíveis, são obrigados a residir em habitações sociais, situadas nos arredores de diferentes cidades grandes ou a morar nos bairros suburbanos, onde se encontram as habitações mais abordáveis. As áreas urbanas caracterizadas pela falta de recursos – sejam eles escolas, serviços de segurança, de lazer, de saúde, transporte público inadequados e ineficazes – excluem cada vez mais os residentes dos recursos e de oportunidades estratégicas para a sua integração social. A isso geralmente somam-se condições de vida difíceis, como habitações em mau estado, poluição, barulho, criminalidade, e tudo isso se reflete no sentimento de pertença e na coesão social dos residentes.

Os bairros com alta concentração de pobreza caracterizam-se muitas vezes por um conjunto de características negativas. Isso porque ao território associa-se uma identidade. Assim, às localidades pobres pode-se associar uma identidade estigmatizada. A concentração espacial da pobreza tem um efeito próprio que se sobrepõe a outras formas de desvantagens, já que a concentração de uma população homogeneamente despossuída em uma só localidade tem o efeito de redobrar essa despossessão.



Segundo vários autores, o estudo dos riscos potenciais de exclusão requer uma análise em vários níveis ou escalas, sendo que cada nível corresponde a efeitos que lhe são próprios e à implementação de mecanismos específicos de exclusão. Cada escala – seja ela a nação, a cidade, o bairro, o espaço doméstico – participa da diminuição do sentimento de inclusão social, de vez que cada nível age como um filtro, impõe regras e restrições e contribui para a construção e a reprodução das diversas formas de experiências negativas da vida em sociedade. Nesta perspectiva, o local de habitação constitui um fator determinante na experiência social cotidiana para inclusão ou exclusão, em especial a residência prolongada nas localidades caracterizadas por uma elevada concentração de pobreza ou por várias desvantagens.

Conclusão

A análise das pesquisas que tratam da exclusão levanta uma questão fundamental: a do papel dos fatores econômicos em relação às variáveis sociais presentes no processo de exclusão. Há um eixo de diferenciação do discurso, onde se distingue um registro redistributivo econômico e um registro social que privilegia a ideia de integração. O primeiro dá mais importância às questões de desigualdade social e de privação econômica, e considera a exclusão como um acesso desigual a fontes de renda e aos bens de primeira necessidade. O segundo, ao contrário, atém-se mais a questões de inclusão social e de solidariedade, e vê na exclusão um processo de desfiliação ou de isolamento social e de enfraquecimento dos laços sociais. Alguns autores associam essas duas perspectivas a duas tradições de estudos ou escolas, a primeira francesa e a segunda anglo-saxônica. Não é de se surpreender que se encontrem ambas presentes na bibliografia canadense.

Para além destas diferenças, a exclusão propõe uma leitura multidimensional dos problemas, que leva em consideração uma pluralidade de escalas de observação em vários níveis de leitura. Sua análise concentra-se na questão de barreiras e de estruturas de oportunidades, mostrando como o acúmulo de desvantagens impede o exercício das liberdades reais dos indivíduos. Nessa perspectiva, a literatura sobre exclusão no Canadá fornece uma matriz de “sanções cumulativas” que reduzem o campo das possibilidades e das oportunidades de escolha. Os fatores que geram a exclusão, sejam eles fatores individuais, materiais, sociais, estruturais ou societários, são todos obstáculos ou barreiras à transformação de recursos ou de direitos em capacidades reais ou substanciais de “realizar combinações alternativas de funcionamentos”, impedindo os indivíduos de escolher o que lhes parece desejável.



Pode-se afirmar que o movimento duplo de individualização (percurso de vida) e de territorialização (espacialização) da exclusão requer que se inscreva a problemática dos direitos humanos na dos direitos sociais e leva a pensar os princípios de justiça para além de uma política de redistribuição, integrando aquilo que alguns chamam de uma política de reconhecimento, que se funda na “paridade de participação”. A exclusão como questão social coloca em questão a justiça, a distribuição e as diferentes formas de solidariedade, pois ela aponta para as falhas ou para a ineficácia de alguns arranjos institucionais considerados fundamentais para o funcionamento da sociedade. Como objeto de políticas públicas, a exclusão requer um olhar transversal envolvendo mercado de trabalho, segurança de renda, políticas familiares, de imigração e de serviços sociais e exige estratégias de ação e de intervenção que tomem como base uma visão integrada dos problemas e de suas soluções.